EDITAL DE ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR (LEI N.º 13.105/2015). PROCESSO: 0011014-07.2024.503.0074 – VARA DO TRABALHO DE PONTE NOVA/MG. REQUERENTE: LUIZ GUSTAVO FERREIRA DA SILVA. REQUERIDO: LUCIANO DA PAIXAO XAVIER LTDA.

Fernando Caetano Moreira Filho, JUCEMG - 445, Leiloeiro Público Oficial, nomeado por este juízo, faz ciência aos interessados, exequentes, executados/devedores, que no processo indicado realizará a alienação por iniciativa particular dos bens discriminados, pelo maior lance, a ser realizado por meio eletrônico.

1. PRAZO DA VIGÊNCIA:

1.1. A presente alienação terá vigência com início em 03/12/2026 e encerramento em 20/05/2027. Os bens que não receberem ofertas ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances, através da plataforma www.fernandoleiloeiro.com.br.

2. DESCRIÇÃO E VALOR DO BEM:

Bem(ns): (01) **JB0006276** – 01 elevador automotivo, de um conjunto de 06 elevadores automotivos, avaliado individualmente em R$ 6.000,00, sem especificação de marca, modelo, capacidade de carga, ano de fabricação, número de série ou demais características técnicas individuais. **Valor da avaliação:** R$6.000,00 (seis mil reais). **Lance mínimo 60% da avaliação:** R$3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

(02) **JB0006647** – 01 elevador automotivo, de um conjunto de 06 elevadores automotivos, avaliado individualmente em R$ 6.000,00, sem especificação de marca, modelo, capacidade de carga, ano de fabricação, número de série ou demais características técnicas individuais. **Valor da avaliação:** R$6.000,00 (seis mil reais). **Lance mínimo 60% da avaliação:** R$3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

(03) **JB0006648** – 01 elevador automotivo, de um conjunto de 06 elevadores automotivos, avaliado individualmente em R$ 6.000,00, sem especificação de marca, modelo, capacidade de carga, ano de fabricação, número de série ou demais características técnicas individuais. **Valor da avaliação:** R$6.000,00 (seis mil reais). **Lance mínimo 60% da avaliação:** R$3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

(04) **JB0006649** – 01 elevador automotivo, de um conjunto de 06 elevadores automotivos, avaliado individualmente em R$ 6.000,00, sem especificação de marca, modelo, capacidade de carga, ano de fabricação, número de série ou demais características técnicas individuais. **Valor da avaliação:** R$6.000,00 (seis mil reais). **Lance mínimo 60% da avaliação:** R$3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

(05) **JB0006650** – 01 elevador automotivo, de um conjunto de 06 elevadores automotivos, avaliado individualmente em R$ 6.000,00, sem especificação de marca, modelo, capacidade de carga, ano de fabricação, número de série ou demais características técnicas individuais. **Valor da avaliação:** R$6.000,00 (seis mil reais). **Lance mínimo 60% da avaliação:** R$3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

(06) **JB0006651** – 01 elevador automotivo, de um conjunto de 06 elevadores automotivos, avaliado individualmente em R$ 6.000,00, sem especificação de marca, modelo, capacidade de carga, ano de fabricação, número de série ou demais características técnicas individuais. **Valor da avaliação:** R$6.000,00 (seis mil reais). **Lance mínimo 60% da avaliação:** R$3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

TOTALIZANDO O LANCE MÍNIMO EM PRIMEIRO LEILÃO 100% DA AVALIAÇÃO: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). **TOTALIZANDO O LANCE MÍNIMO EM SEGUNDO LEILÃO 60% DA AVALIAÇÃO:** R$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais). **ENDEREÇO DE VISITAÇÃO:** Flash Pneus - Avenida Abdalla Felício, 389, Centro - Ponte Nova/MG. **DEPOSITÁRIO:** Luciano da Paixão Xavier.

3. ÔNUS:

3.1. Não há informação nos autos quanto à eventual diferença entre os equipamentos, motivo pelo qual **cabe aos interessados realizar vistoria prévia e diligências próprias para verificar as condições**, especificações e demais características de cada bem antes da apresentação de lances, não podendo tais informações ser posteriormente alegadas

3.2. Os bens serão vendidos no estado em que se encontram, constituindo ônus do adquirente verificar o seu estado de conservação, funcionamento e eventuais vícios.

4. ENDEREÇO DE VISITAÇÃO:

4.1. A visitação dos bens deverá ocorrer antes da alienação no endereço descrito no item 2. As fotos divulgadas no site são ilustrativas. Toda e qualquer decisão de compra não deve se basear nas fotos divulgadas, mas sim, na realização de visita presencial ao bem.

5. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1. Será considerado vencedor o maior lance ofertado, observado o lance mínimo.

5.2. **LANCE À VISTA:** A alienação à vista deverá ser paga por meio de guia judicial, no prazo de 24 horas, contadas da data da alienação. Alternativamente será considerado lance a vista, o pagamento por meio de depósito judicial de 25% do valor da alienação em 24 horas e os 75% restante no prazo de 15 dias, sujeito a caução a critério do juiz competente.

5.3. O envio da guia é mera cortesia ao arrematante.

5.4. O arrematante deverá em até 24 horas enviar os comprovantes para o leiloeiro, pelo e-mail faturamentojudicial@fernandoleiloeiro.com.br ou pelo WhatsApp 0800 242 2218. No contato via WhatsApp, deverá informar seu nome completo (preferencialmente já encaminhando também o número do JB), selecionar a opção “Comprei, quero ajuda”, em seguida “Judicial” e, por fim, “Pagamento”, para que os documentos sejam devidamente juntados aos autos do processo.

6. INADIMPLÊNCIA:

6.1. O arrematante deverá cumprir os prazos e condições do item 5. Caso o arrematante não honre com o valor do lance no prazo e condições previstas, o lance será considerado inválido, ficando o arrematante sujeito às penalidades previstas em lei e edital.

6.2. No caso de inadimplência serão chamados sucessivamente os demais ofertantes, em ordem decrescente de lances.

6.3. Em caso de inadimplência ou desistência, caberá ao arrematante a multa de 20% (vinte por cento) sobre o lance ofertado, em favor da execução, e 5% (cinco por cento) sobre o lance ofertado a título de comissão do leiloeiro.

6.4. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, conforme o art. 895 e seus parágrafos da Lei 13.105/2015.

6.5. A comissão do leiloeiro será devida integralmente, mesmo no caso de inadimplemento, conforme jurisprudência consolidada e o disposto neste edital.

6.6. Ainda, no caso de inadimplemento ou desistência da arrematação, por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão do Leiloeiro. Na hipótese de não pagamento da comissão, mesmo que aproveitado o lance subsequente, o Leiloeiro poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos, ou ainda, levar o título (auto de arrematação) a protesto perante o Cartório competente.

7. LANCES PELA INTERNET:

7.1. O interessado deverá efetuar cadastro no site, previamente à alienação, e se habilitar para participação conforme as diretrizes solicitadas.
7.2. No ato do cadastramento, o usuário do site concorda com os termos de uso da plataforma, não podendo posteriormente alegar desconhecimento. A simples participação na alienação implica a declaração tácita de pleno conhecimento e aceitação das condições estipuladas no presente edital.
7.3. A assinatura do leiloeiro na certidão positiva suprirá a assinatura do arrematante prevista no auto de alienação, conforme concordância anterior aos termos de uso do site.
7.4. Os dados fornecidos no ato do cadastro são protegidos conforme Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e criptografados.
7.5. Não é permitido que usuário do site compartilhe dados de *login* e senha com terceiros e será de total responsabilidade do usuário quaisquer lances ofertados utilizando seus dados.
7.6. O leiloeiro não se responsabilizará por quaisquer ocorrências e falhas em equipamentos, tais como, quedas ou falhas no sistema de conexão de internet, energia, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências. O usuário assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação a esse respeito.
7.7. Em caso de impossibilidade de participação online por quaisquer motivos, a equipe técnica estará à disposição para suporte físico no seguinte endereço: Rua do Dêgo, n.º 317, Bairro Santa Mônica, Itaúna/MG, mediante agendamento através do telefone 0800 242 2218.
7.8. Uma vez aprovado o cadastro na plataforma do Leiloeiro, o usuário é responsável pela sua administração e por todas as ofertas registradas em seu login, estando ciente de que os lances ofertados não poderão ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese, haja vista serem irrevogáveis e irretratáveis.
7.9. Poderá o Leiloeiro Oficial alterar a ordem dos lotes leiloados, não ficando sujeita a sequência contida no Edital.
7.10. A oferta de lances implica no aceite do ofertante ao presente edital. Em nenhuma hipótese serão aceitas alegações de desconhecimento das cláusulas e condições deste Edital para eximirem-se das obrigações geradas, inclusive aquelas de ordem criminal, na forma do artigo 358 do Código Penal Brasileiro.

8. TAXA DE ALIENAÇÃO: Em caso de alienação, 10% sobre o valor da alienação, a serem pagas pelo arrematante. Em caso de adjudicação, 2% sobre o valor atualizado da avaliação, a ser paga pelo adjudicante. Em caso de remição ou acordo, 2% sobre o valor atualizado da avaliação, a ser pago pelo executado. Na hipótese do bem ser arrematado, pelo exequente, será devida a comissão no percentual de 5% sobre o valor da alienação. A comissão deverá ser integralmente paga no ato da alienação, adjudicação, remição ou acordo, mediante depósito em conta do leiloeiro, *pix* ou boleto bancário.

9. INFORMAÇÕES: Através da plataforma eletrônica www.fernandoleiloeiro.com.br, pelo e-mail atendimento@fernandoleiloeiro.com.br, pelo telefone e WhatsApp 0800 242 2218. No atendimento via WhatsApp, caso o interessado ainda não possua cadastro no site, deverá selecionar a opção “Falar sobre cadastro”; se já for cadastrado, deverá selecionar a opção “Quero comprar” e, em seguida, o bem de seu interesse.

CONDIÇÕES GERAIS: Estão sujeitos à análise do juízo a homologação do lance, bem como a posterior expedição da carta de arrematação, da ordem de entrega e/ou do mandado de imissão na posse. Ficará a cargo do arrematante, quando intimado pelo juízo, o pagamento das custas para expedição da Carta de Arrematação e Mandado de Imissão na Posse. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia, não incidindo o Código de Defesa do Consumidor sobre a alienação efetivada. Caberá ao arrematante tomar as providências quanto a expedição da carta de arrematação bem como arcar com as providências de registro e imissão na posse/ordem de entrega. O Leiloeiro não é responsável pela expedição da Carta/Auto de Arrematação e determinação de retirada de eventuais ônus, visto que é de competência exclusiva do Poder Judiciário tais atribuições, cabendo ao arrematante diligenciar para que sejam efetivadas. O arrematante fica ciente que deverá arcar com os custos de anotação, registro, hipoteca, eventual regularização bem como eventuais custos para os procedimentos citados, se houver.

Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os interessados e, principalmente, os executados, credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem. Requerente: LUIZ GUSTAVO FERREIRA DA SILVA. Advogado do autor: RENATO CAMPOS MARQUES OAB:MG121442, JOSE RENATO MARQUES OAB:MG27892, ADRIANO CAMPOS MARQUES OAB:MG108424, MARIO MARQUES FERREIRA NETO OAB:MG113764. Requerido: LUCIANO DA PAIXAO XAVIER LTDA. Advogado do réu: EDUARDO CASTANHEIRA CONDE FERNANDES. DEPOSITÁRIO: LUCIANO DA PAIXAO XAVIER. O edital será publicado na rede mundial de computadores, no site www.fernandoleiloeiro.com.br, conforme o disposto no art. 887, § 2º, do CPC. Caso o exequente e/ou executado não sejam notificados, cientificados e/ou intimados, por qualquer razão, das datas dos leilões, valerá o presente como edital de intimação de alienação conforme art. 889 § único do CPC. O Leiloeiro Público Oficial não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, auxiliar do juízo. Ficando eximido de eventuais responsabilidades por vícios ou defeitos ocultos que possam existir, relativamente aos bens alienados, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está conforme a resolução n. º 236 de 13/07/2016 do CNJ.

04 de novembro de 2026.

LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL